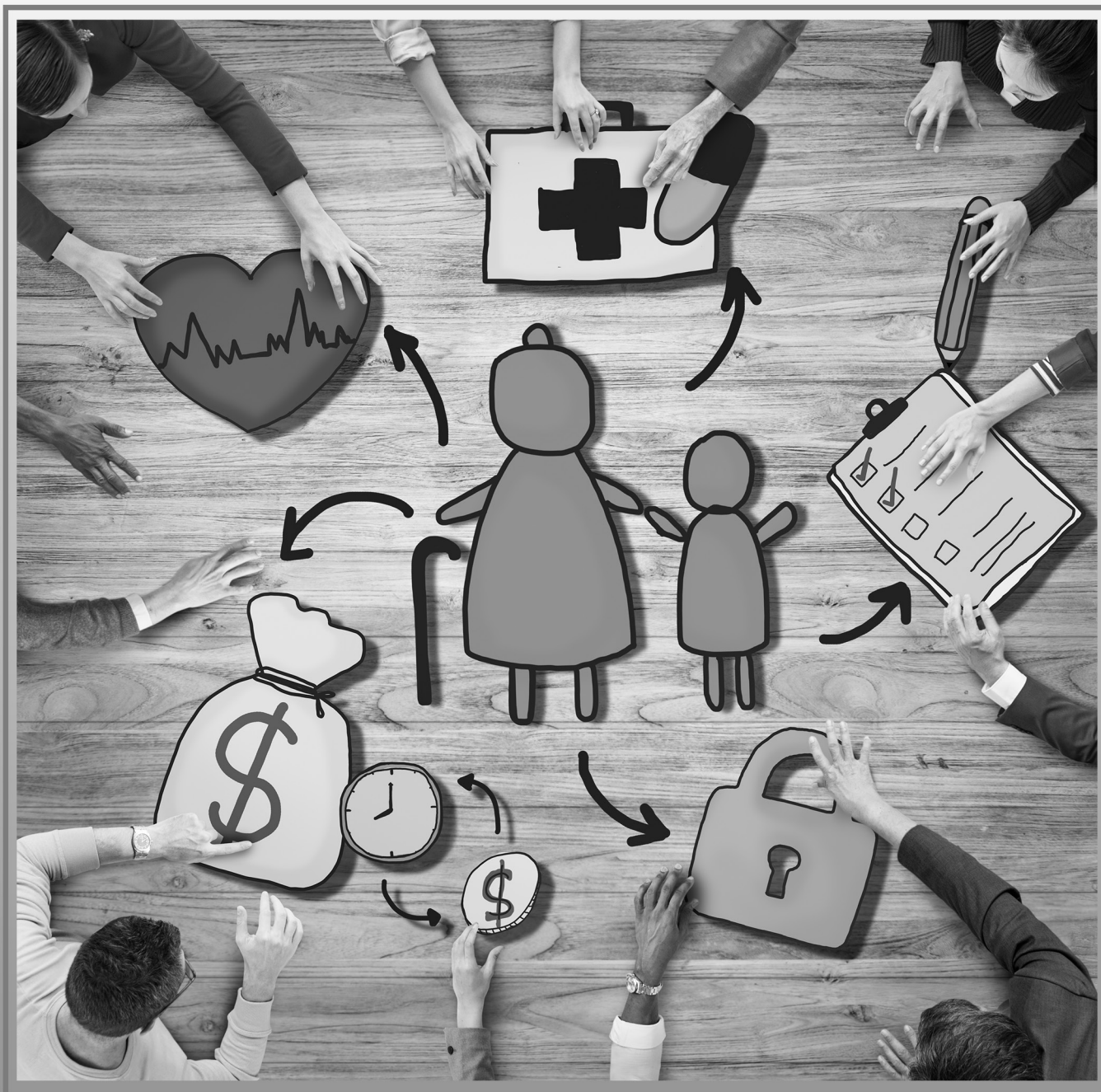




Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-235-7 DOI 10.22533/at.ed.357203007</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
DOI 10.22533/at.ed.3572030071	
CAPÍTULO 2	10
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3572030072	
CAPÍTULO 3	21
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3572030073	
CAPÍTULO 4	32
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3572030074	
CAPÍTULO 5	40
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
DOI 10.22533/at.ed.3572030075	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.3572030076	
CAPÍTULO 7	63
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
DOI 10.22533/at.ed.3572030077	

CAPÍTULO 8 77

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva
Ariane Helena Coelho Raiol
Ivanira Mariano de Melo
Jéssica Pereira Morais
Josione Gusmão de Carvalho
Lorena Carolina Roldão Campos
Luciane dos Santos Marques
Luciene Cibele Cardoso Ferreira
Maria Bianca Figueiredo Palheta
Nathalia Koury Pinto
Wellington Monteiro Ferreira
Yasmin Fernandes Santos

DOI 10.22533/at.ed.3572030078

CAPÍTULO 9 88

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.3572030079

CAPÍTULO 10 97

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira
Érica Oliveira de Castro Farias
Rosimary de Souza Lourenço

DOI 10.22533/at.ed.35720300710

CAPÍTULO 11 107

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.35720300711

CAPÍTULO 12 117

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral
Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.35720300712

CAPÍTULO 13 129

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira
Sandra Mara Leal de Senna

DOI 10.22533/at.ed.35720300713

CAPÍTULO 14	139
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ	
Jussara Faria de Campos Simone da Silveira Sarmiento Gonçalves Shirley Marques de Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.35720300714	
CAPÍTULO 15	149
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR	
Aline Possa Silva Anjos Lorena Luana da Costa Castro	
DOI 10.22533/at.ed.35720300715	
CAPÍTULO 16	157
AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE	
Milene Lúcia Santos Fernando Ferreira de Araújo Jheniffer de Assis Gonçalves Maurício da Silva Santos Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.35720300716	
CAPÍTULO 17	165
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva Reinaldo da Silva Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.35720300717	
CAPÍTULO 18	177
NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE	
Tatiana Maria Araújo da Fonseca Cristiane Medeiros dos Santos Roberta Gomes Leite Baptista Ana Kelly Souza Costa Adriana Medalha Perez Cíntia do Nascimento Ferreira Rozeane Guedes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.35720300718	
CAPÍTULO 19	188
ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Maria Raphaela Cristiny de Oliveira Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.35720300719	
SOBRE A ORGANIZADORA	199
ÍNDICE REMISSIVO	200

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/07/2020

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral

Universidade de Taubaté

ORCID 0000-0003-0331-4307

Elisa Maria Andrade Brisola

Universidade de Taubaté

ORCID 0000-0002-9571-0923

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

ORCID 0000-0002-0310-0694

RESUMO: O texto aborda a violência na escola, como fenômeno que se inscreve nas relações sociais produzidas na sociedade capitalista contemporânea. Reflete sobre uma das respostas à violência na escola: a militarização. As propostas de enfrentamento da violência na escola se assentam em diferentes visões teóricas e políticas, tema que se constitui em desafio para o Serviço Social na Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Serviço Social. Violência na escola. Militarização

ABSTRACT: The text addresses violence in the school, as a phenomenon that is inscribed in the social relations produced in contemporary capitalist society. It reflects on one of the

responses to violence in school: militarization. The proposals to combat violence at school are based on different theoretical and political views, a theme that constitutes a challenge for Social Work in Education.

KEYWORDS: Education. Social Work. Violence in school. Militarization

1 | INTRODUÇÃO

Com a generalização da violência e a banalização da vida espraiando-se dentro e fora da escola, o que, aliás, ultrapassa em muito a recorrente indisciplina infanto-juvenil, tem-se frequentes eventos de violência envolvendo alunos, professores, diretores e pais.

Tal fenômeno tem se constituído em desafio para gestores, pesquisadores e profissionais como os assistentes sociais no sentido de encontrar respostas à demanda complexa que contribui, dentre outros aspectos, para problemas de aprendizagem, questões de ordem física ou psicológica tanto para alunos como para professores, como também a evasão escolar.

Contudo, responder à violência na escola implica compreendê-la como “expressão das

relações sociais e fenômeno presente no cotidiano” (FRAGA, 2006, p. 89-90).

A sociabilidade contemporânea convive com índices alarmantes de violência, pois, ainda que na história humana este fenômeno seja recorrente, as formas de violência ganham destaque atualmente dada a complexidade das relações sociais produzidas na ordem social com o agravamento da chamada questão social.

O texto aborda o fenômeno da violência na escola, entendendo que este se articula com o contexto social mais amplo e busca debater sobre uma das respostas dadas à violência na escola: a militarização, bem como estes processos são desafios para o Serviço Social na área da educação.

2 | VIOLÊNCIA E SOCIEDADE

A violência é, sobretudo, uma ação humana que é definida como relação social, uma forma de ligação entre indivíduos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde,

[...] o uso intencional da força física ou do poder, de fato ou como uma ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade que resulte ou tenha susceptíveis de causar lesões, morte, dano psicológico, transtornos do desenvolvimento ou privaciones[...] (RELATÓRIO OMS, 2003, p.1).

Oliveira e Martins (2007, p. 90, *grifos nossos*) afirmam que a palavra “‘violência’ vem do latim ‘*violentia*’ e significa força violenta; ou, ainda, recurso à força, para submeter alguém (contra sua vontade); exercício da força, praticado contra o direito”.

Sposito (2012, p. 3, *grifos da autora*) aponta a violência como:

Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, *a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força*. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

A violência vem acontecendo por vários séculos e na medida em que vai passando o tempo, segundo Ianni (2002, p. 9), surgem “novas e renovadas formas e as técnicas de violências que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório”.

Na ótica de Ianni (2002, p. 8) a violência é um fenômeno complexo que se manifesta tanto individual como coletivamente; é histórica, assume formas objetivas e subjetivas, “é um acontecimento excepcional que transborda das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas”.

Segundo o autor, no curso do mundo moderno, as formas e as técnicas de

violência adquirem não só outros alcances e características, como novas manifestações e modulações, profundamente marcadas pelas “relações, processos e estruturas de dominação política, e apropriação econômica próprios do Capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório” (IANNI, 2002, p. 9-10).

Chauí (2006) por sua vez, entende que o modo de produção capitalista dá ênfase ao indivíduo, ao particular, participando como sócios em uma divisão interna, ficando, em segundo plano, o sentido de comunidade (comum unidade).

Com a instituição da divisão social do trabalho, da propriedade privada e a divisão de classes manifestam-se a cultura opressora, a cultura de elite e a cultura de violência.

Ao analisar a sociedade brasileira Chauí (2000) explica que esta é marcada pela estrutura hierarquizada a qual determina uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos, com a manifestação de autoritarismo e violência nas relações sociais.

Assim, pode-se entender que a análise da estrutura social é uma das perspectivas importantes quando se pretende entender a violência na sociedade brasileira.

Nesta mesma direção, pode-se afirmar que na contemporaneidade, no contexto da crise do capital e seus derivados- a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, a violência exacerba afetando a sociedade como um todo.

Muitas vezes, as causas da violência direta estão relacionadas com situações de violência estrutural e/ou justificadas para a violência cultural: muitas situações resultam em um abuso de poder que cai sobre um grupo oprimido, ou uma situação de injustiça social (de uma distribuição desigual de insuficiência de recursos, uma grande desigualdade de renda pessoas, a dificuldade de acesso aos serviços sociais e a rede de saúde, ou depreciação pela força) (SÁNCHEZ; BARÓN, 2012, p. 196, *Tradução nossa*).

Oliveira e Martins (2007) afirmam que a díade dominação-exploração é um dos fatores da complexa rede de violência social, por constituir relações de desigualdades apoiadas no conceito de patriarcado-capitalismo-racismo, em que a dominação e a exploração visam pautar todas essas relações distintas.

A violência social tem a mulher e a criança como inferiores ao homem, o pobre inferior ao rico e o negro inferior ao branco. Assim, se tem um retrato da sociedade que está longe de ser igualitária, ao contrário, é sexista, adultocêntrica, etnocêntrica e classista, na qual o poder de dominar e explorar define o caráter hierárquico das relações sociais e interpessoais (OLIVEIRA; MARTINS 2007).

Neste contexto, concorda-se com Mattos (2013) que o recrudescimento da questão social, o aumento da pobreza traz repercussões significativas para o conjunto da sociedade. Contudo, “o crescimento da violência urbana há muito ultrapassou as barreiras fictícias das favelas tornando-se um sintoma agudo de ameaça à integridade física, à coesão social e ao poder estatal” (FLEURY, 2012, p. 197).

Na sociedade brasileira contemporânea a violência urbana atinge de forma acentuada os jovens os quais são alvos da violência policial, de traficantes e milicianos, conforme

aponta o Mapa da Violência (2016) e outros estudos (BRISOLA, 2012). Também as mulheres e idosos são alvos preferenciais da violência.

No que se refere à violência perpetrada contra as mulheres por exemplo, tem-se no Brasil, no período 2011-2013, 17.581 óbitos por agressões registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o que equivale a uma taxa bruta de mortalidade de 5,87 óbitos por 100 mil mulheres, em média, 5.860 mortes de mulheres por agressões a cada ano, 488 a cada mês, dezesseis a cada dia, ou uma a cada uma hora e trinta minutos (GARCIA; SILVA, 2016).

3 | VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Segundo documento produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (2004) sobre a educação inclusiva em 2004, a escola é definida como,

[..] o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 2004, p.7).

De acordo com Rosa (2010) a escola é lugar de socialização, ou seja, espaço que proporciona a indivíduos isolados a capacidade de participar na sociedade dada.

No que se refere a violência na escola, a autora entende tratar de um fenômeno multicausal que já faz parte dos problemas sócio-políticos do país. Aponta ainda que fatores como ausência do Estado, miséria, desemprego, desigualdades sociais, falta de oportunidades para os jovens fazem aumentar as manifestações de violência. Entretanto, a referida autora não considera os elementos estruturais como únicos determinantes da violência.

A violência na escola, segundo Scheinvar e Sávio (2015),

emerge da própria ideia de ideal universal, trazida com a racionalidade burguesa. Uma racionalidade imposta, porque subjetivada como totalizante, que tem como ênfase a formação de peças para máquinas que fazem crescer o capital – sempre privado (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.55-56).

Os autores apontam que os modos de vida da contemporaneidade se expressam também na escola. As ideias propostas pelas mídias (internet, música, TV, cinema), bem como, a vivência em família, vizinhança e cultura de bairros, cidades nas quais o indivíduo vive, estão ligadas à produção e ao consumo, “o que faz o nosso mundo circular sob certas lógicas úteis à ampliação do capitalismo” (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.56).

As agressões têm se tornado cada vez mais frequentes nas escolas brasileiras e, além dos danos físicos, podem ter consequências negativas sobre os resultados escolares e sobre a formação social dos alunos (BECKER; KASSOUF, 2016, p. 653).

De acordo com Souza (2012) existem três formas de violência:

[..] na escola (entre alunos, de aluno contra a escola, da escola contra o aluno), da escola (violência simbólica) e a violência contra a escola (a desvalorização social e o empobrecimento do professor (SOUZA, 2012, p.72).

Como exemplo dos tipos de violência citadas por Souza (2012) destacam-se:

a) entre alunos pode ser expressa através de xingamentos, brigas com violência física (uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades, ameaça, furto de material), brigas sem violência física ou violência psicológica (agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar e humilhar);

b) violência interpessoal (caracterizada pela violência de uma pessoa contra outra); de aluno contra a escola é mais conhecida como vandalismo e depredação escolar, envolve furto de materiais e equipamentos,

c) quebra de instalações ou de equipamentos e pichações; professor e aluno ou vice e versa, ameaças entre alunos e professores (SOUZA, 2012, p.74).

A partir do diálogo com estudiosos da violência na escola pode-se depreender que se trata de um fenômeno multifacetado e multicausal com forte determinação da estrutura social desigual como no caso brasileiro, contudo, seus efeitos são deletérios para a formação de crianças e adolescentes tanto do ponto de vista intelectual, como físico e psicológico.

Dentre estas destaca-se a proposta de militarização da escola, a qual, se inscreve no conjunto de estratégias neoliberais, as quais privilegiam a desresponsabilização do Estado de um lado, e o aumento do controle sobre a sociedade de outro.

4 | A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA

A violência cresce a cada dia, presente nas escolas, manifesta-se sob diversas formas. Isso não deveria acontecer, pois escola é espaço de formação dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários.

No contexto de violência na escola, muitas são as tentativas de enfrentamento. Entre as respostas à violência no âmbito escolar pode-se citar a mediação de conflitos (BECKER, 2012).

Em seus estudos acerca da Justiça Restaurativa a autora conclui que esta esbarra em limites estruturais da sociedade e sem a superação destes, a técnica de medição não lograra êxito, pois trata-se de uma técnica insuficiente para resolução da violência, visto que é necessária uma mudança cultural, “com a participação de sujeitos ativos e a consciência crítica da realidade, como também uma mudança estrutural do sistema econômico, o qual aprofunda a desigualdade social, geradora de conflitos” (BECKER, 2012, p. 9).

Outra resposta tem sido a militarização das escolas que se constitui em gestão, direção e ensino pautados na lógica militar. A propósito cabe lembrar que a militarização

tem sido estratégia por excelência utilizada no Brasil para a contenção das classes “ditas perigosas”, com o controle social (WACQUANT, 2007).

No que se refere à militarização, tem-se exemplos de 93 escolas, em 18 Estados da Federação, constituindo-se essa prática de gestão escolar uma das respostas dadas, sobretudo à questão da violência, mas, também, como indicador de melhoria de desempenho, visto que em nove estados as escolas obtiveram o primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre as escolas estaduais.

A exigente e rígida disciplina militar vem ganhando adeptos como mães, profissionais da educação entre outros responsáveis pela formação de crianças e adolescentes, que acreditam, em sua maioria, que a militarização da escola, se trata de uma política “ideal” para o combate da violência, pois traz a consciência aos alunos, mantendo-os longe das condições adversas de riscos e vulnerabilidades ocasionados pela violência.

Cabe lembrar que a proposta transferenciada gestão das escolas da rede pública estadual para a administração de Organizações Sociais - OS's¹, se inscreve na tendência da reforma do Estado ou da contrarreforma, no contexto de “redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p.12).

De acordo com Behring (2003), esse processo, comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

A escola públicas e expandiu sem um correspondente investimento, culminando na banalização da educação, ocasionando um “apagão educacional” deixando espaço para o crescimento da violência no ambiente escolar, trazendo como resposta a estas questões, em diversos estados brasileiros, a militarização a proposta pedagógica prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual, embora tenha como base valores tradicionais (GUIMARÃES, 2017).

O contexto de precarização e violência vivenciada pelas escolas e diante aos resultados pífios apresentados por grande parte destas quanto à aprendizagem de seus alunos, levou alguns governos como o de Goiás, a entregar a gestão das escolas públicas estaduais, para a Polícia Militar fato que tem adquirido cada vez mais adeptos, primeiramente, em razão do medo e da violência, e em segundo plano, em razão da visão negativa e preconceituosa de que adolescentes, em geral pobres e negros, são ameaçadores e perigosos.

Os pais, por sua vez, veem as escolas militarizadas como locais em que seus filhos

1. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de services não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público Não-estatal(BRASIL, 1995, p. 60).

estarão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, local que aprenderão não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também, ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia, valores que eles não estão conseguindo desenvolver estão cada vez mais assoberbados no trabalho ou por falta de condições socioeconômicas e político-educacionais para entender o que é a vivência em sociedade e os valores que a envolvem.

Conforme Gonçalves e Sposito (2005), durante os últimos vinte anos, muitas políticas públicas para a redução da violência no meio escolar foram implementadas, principalmente nas esferas estadual e municipal. Tais experiências além expressarem iniciativas fragmentadas e descontinuas também evidenciam que tais políticas demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas ideias e representações “no reconhecimento dos aspectos históricos, culturais e políticos que imprimiram suas marcas na constituição de sociedades colonizadas como o Brasil” (SPOSITO, 2012, p. 4).

Nos dias atuais tem-se verificado entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar em vários estados brasileiros, o que tem chamado atenção de estudiosos e pesquisadores da área de Educação. Alunos, bem como, professores e servidores que atuam em instituições escolares da rede pública espalhadas pelo Brasil têm sido vítimas de violência todos os dias. A problemática sobre violência na área da educação é tão grave que o assunto tem sido visto como problema de segurança pública.

Além do problema da violência, como já demonstrava Fernandes (2007) a questão do acesso ao ensino demonstrava estar resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças em idade escolar estão alocadas no sistema educacional. Entretanto, o problema ainda reside na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica.

Entretanto, a violência escolar assume proporções alarmantes, o que pode suscitar respostas extremadas à questão, com forte apoio da sociedade.

Nessa direção, a gestão de escolas em alguns municípios tem sido transferida para Organizações Sociais ou à Polícia Militar. Caetano e Viegas (2016) ressaltam que o “repasso das escolas”, além da administração pela polícia militar visam “remodelar [a escola] na imagem e semelhança de um quartel militar, com todas as imposições, doutrinas e abusos que tal regime implica”(CAETANO; VIEGAS, 2016, p. 13).

Segundo Mezomo (1994); Paro (2007); Garcia (2009); Coutinho (2014) e Souza (2015) qualidade da educação se refere a uma perspectiva socialmente construída em princípios, orientações e atribuições, uma teia de ações empreendidas na escola, nos enfrentamentos dos problemas de indisciplina e violência.

A ausência dessa teia por sua vez, pode fragilizar projetos de transformação, multiplicando divergências e descontinuidades, abrindo espaços para o esvaziamento de iniciativas.

Segundo Santos (2016) com o aumento dos Colégios da Polícia Militar de Goiás - SPMG houve uma melhora no desempenho dos alunos nos exames como IDEB e o ENEM. Entretanto, questiona-se se esse modelo é compatível com a democracia e a cidadania.

Santos (2016) aponta que “o argumento mais difundido pela opinião pública para criação das escolas militares diz respeito ao pouco rendimento escolar, à disciplina, à violência e ao uso de drogas, presente nas escolas públicas geridas por civis”.

Para alguns grupos de agentes e parte da população, a militarização de escolas é garantia de eficiência, ou seja, a transferência para outros agentes do Estado é entendida como forma rentável de ampliar a cobertura educativa, como fonte de melhora do rendimento escolar.

Contudo, segmentos da academia e da sociedade civil questionam com veemência e consideram que as políticas favoráveis à militarização educativa são, ao contrário, fonte de desigualdade educativa e de segregação escolar, sobretudo porque quando nos referimos à militarização da educação temos em mente um processo complexo.

Abramovay (2015) considera que a transferência da responsabilidade à Polícia Militar estaria ligada a um controle da violência por meio de repressão, condições estruturais e financeiras privilegiadas, além de não abordar as causas reais da situação, pois “é consensual na sociedade que a segurança escolar se constitui em um valor em si mesma” (ABRAMOVAY, 2015, p. 18), e complementa:

Ademais, a violência ou a ameaça de violência – em suas diversas modalidades – tem um impacto direto na qualidade da educação, no modo como os professores e estudantes desenvolvem seu trabalho em sala de aula, no ambiente escolar, no rendimento dos alunos e na qualidade de vida de suas famílias (ABRAMOVAY, 2015, p. 45).

Por outro lado, segundo Oliveira (2016) a cultura do medo e a prática militarista tendem a vender a ideia de que a militarização é uma solução para ampliar a segurança, além de servir de combate à violência, fazendo com que o tema segurança pública se torne um instrumento importante para muitos governantes, que “por meio dele tem sido possível criar mecanismos que permitem um maior controle dos movimentos sociais, a ampliação da capacidade de monitoramento dos grupos de oposição, assim como de acompanhamento de setores apontados como socialmente incômodos” (OLIVEIRA, 2016, p. 43).

A transformação das escolas públicas de educação básica em colégios militares e a defesa da gestão educacional militarizada conduzida pela Polícia Militar como solução dos problemas da educação pública expressam o retrocesso social, que,

Embora de natureza política distinta, encontra-se em curso outras medidas questionáveis no corpo das políticas de terceirização da gestão da escola pública. Uma das mais preocupantes é tocante à PM, que assumiram, em vários estados brasileiros, a administração de escolas públicas, principalmente daquelas em áreas de grande risco social. É o que está ocorrendo, por exemplo, mesmo sob os protestos de educadores e entidades de educação e, em alguns casos, da população local, em Goiás, Sergipe,

Bahia, Ceará, Piauí, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro, onde o Colégio Dom Pedro II está sob o comando e a responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar. Estima-se que, no total, haveria hoje mais de 100 escolas sob gestão militar no Brasil (EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, EDITORIAL, 2016, p. 5-6).

Mas “qual o sentido da presença das escolas militares na educação? Oliveira (2016, p.41) destaca que para uns, trata-se de um investimento na qualidade da educação, mas, para outros, trata-se de mais uma ação nos moldes da agenda conservadora em busca de consolidar sua hegemonia política.

Na ótica da reação social sobre o processo de implementação das escolas militares, é possível verificar se tratar de uma “moeda eleitoral”, que emerge:

[...] como objeto de desejo para prefeitos que têm muito pouco para oferecer no campo da educação (ou talvez não saibam ou ainda, não desejam), mas, ao mesmo tempo as escolas militares se tornaram uma concessão do Governo em benefício de aliados, apoiadores (é também como uma forma de acomodação do excesso de oficiais militares e de política de fortalecimento de uma instituição desacreditada como a Polícia Militar, todavia, ainda vista como uma forte aliada no jogo político) e, por fim, como o Governador deixou público, uma política de contra-ataque aos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2016, p. 41).

Oliveira (2016, p. 49) ressalta que:

[...] o modelo das escolas militares se torna um ideal para uma parcela da comunidade também pela ausência de um modelo consistente de escola que se contraponha aos modelos atuais e, ao mesmo tempo, sejam acessíveis a todos.

Assim, entende-se ser imprescindível amplo debate acerca das consequências do processo de militarização das escolas, visto que, por trás do discurso da qualidade encontra-se a ideologia da segurança pública e do controle social exercido pelo Estado sobre a sociedade, reforçando o conservadorismo.

Nessa direção, cabe lembrar as contribuições do assistente social na área da educação visto que pode contribuir com diagnósticos sobre a realidade dos alunos e familiares (fatores sociais, econômicos) determinam abandono ou baixo desempenho escolar; articulado com a rede de serviços sociais e assistenciais para encaminhamento das demandas apresentadas; contribuição com a equipe multiprofissional na reflexão acerca dos determinantes da violência, entre outros aspectos (CFESS, 2001).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência tem se constituído em um fenômeno contemporâneo gerando inúmeros debates, suscitando respostas por parte dos poderes públicos, ainda que no Brasil ela seja fenômeno recorrente historicamente.

Como um fenômeno produzido na e pela sociedade é exacerbado no contexto de crise do capital e aprofunda a chamada questão social.

Dentre as respostas construídas à violência na escola encontra-se a militarização,

proposta de cunho conservador, bem ao sabor dos ventos que sopram no Brasil atualmente.

A proposta de militarização da escola tem como principal apelo o combate à violência, o ensino da ordem e da disciplina, bem como a melhoria na qualidade de ensino.

Entretanto, constata-se que a proposta visa o controle e a pacificação das mentes e corações, sobretudo das crianças e dos adolescentes, coibindo a livre expressão e a criatividade.

A militarização da escola se constitui em proposta antidemocrática na medida em que se baseia em valores tradicionais caros às forças armadas e se inscreve na lógica neoliberal.

Assim, entende-se que o tema da violência e sua relação com a sociedade, bem como as respostas a essas questões devem ser ampla e criticamente debatidas por pais, professores e gestores escolares de forma que as estratégias de enfrentamento não sejam contrárias à liberdade e a democracia e o assistente social no âmbito escolar pode contribuir para a defesa da educação com direito, sem violência ou militarização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas: Violências nas escolas**. Rio de Janeiro: Flacso - Brasil, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Rev. Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.

BECKER, V. A. P. Justiça restaurativa na resolução de conflitos: a vez e a voz dos adolescentes. 152 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, 2012.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.3, 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7441/5749. Acesso em: 19 dez 2017

CAETANO, I.; VIEGAS, V. (ORGS). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Ian Caetano de Oliveira, Victor Hugo Viegas de Freitas Silva. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016. (Coleção Piquete). Disponível em: https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_-_o_controle_a_cultura_do_medo. Acesso em: 23 out 2017.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Nova edição revista e ampliada. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em mai.2019.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2014. Disponível em: <http://circuloliberal.org/livros/ideias-conservadoras.pdf>. Acesso em nov 2017.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. EDITORIAL. Privatização e militarização: ameaças renovadas à Gestão democrática da escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.1-7, jan.-mar, 2016. Disponível em: <http://www.bivirloc.com/ejournals/EDUCACAO%20E%20SOCIEDADE/2016/educacao%20y%20sociedade%20Vol%2037%20Num%20134%20Enero%202016.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

FERNANDES, A. T. Sociedade, família e escola. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.** Cidade do Porto, Portugal. v. 17, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2352>. Acesso em 17 jul. 2017

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 194-222, mai/ago 2012

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção de violência contra jovens. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos.** 2 d. São Paulo: Cortez, 2006. (p. 81-104)

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2 mar. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100004>. Acesso em 27 jun., 2016.

IANNI, O. A Violência na sociedade contemporânea. **Revista Estudos de Sociologia.** Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644>. Acesso em: 27 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. D. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. In: CAETANO, I.; VIEGAS, V. (Orgs.). Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016. (Coleção Piquete - p. 41-49). Disponível em: [Disponível em: https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_o_controle_a_cultura_do_medo](https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_o_controle_a_cultura_do_medo). Acesso em: 23 out 2017.

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 90-98, Apr.2007 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 nov 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Rel.Mundial sobre Violência e Saúde.**p.5, cap. 1, 2003.PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

ROSA, M. J. A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o Processo Ensino Aprendizagem. **Revista Fórum Identidades.**Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1785>. Acesso em: 04 jul 2017.

SÁNCHEZ, B. Y. G.; BARÓN, J. G. Violencia, crisis del capitalismo global y juventud. **Revista Colombiana de Educación**, n.º 62. Primer semestre de 2012, p. 191-219, Bogotá, Colômbia. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n62/n62a11.pdf>. Acesso em: 04 jul 2017

SANTOS, R. J.C. A militarização da escola pública em Goiás. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia:PUCGO, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3515>. Acesso em: 04 jul 2017.

SCHEINVAR, E; SÁVIO, L. Violência escolar: efeitos da normalização e da prática penal. **Revista EPOS**. Rio de Janeiro - RJ, v.6, n.2, jul-dez., 2015.

SOUZA, K. O. J. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: Relatos e diálogos com alunos e professores. *Rev. Bras. Promoç. Saúde*, Fortaleza, 25(1): 71-79, jan./mar., 2012.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file. Acesso em jan. 2017.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: A Nova Gestão da Miséria nos EUA [A onda punitiva]. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. (Coleção Pensamento Criminológico nº06)

WASELFISZ, J. J. Dados do Mapa da Violência 2012 e Mapa da Violência 2012 - Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil, **Mapa da Violência 2012, Cebela/FLACSO**. Disponível em: <http://mapadaviolenca.org.br/>. Acesso em 19 jan. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

I

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

M

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

P

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020